

**HABEAS CORPUS Nº 474.252 - SP (2018/0271868-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALEXANDRE DE SOUSA FERREIRA (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. DEFERIMENTO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAS. CASSAÇÃO DO DECISUM PELA CORTE DE ORIGEM. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. DECISÃO FUNDAMENTADA. PRÁTICA DE FALTA MÉDIA NO CURSO DA EXECUÇÃO E DE CRIME DE RECEPÇÃO NO PERÍODO EM QUE O PACIENTE SE ENCONTRAVA EM LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

1. Conforme estabelece a Súmula n.º 439/STJ, "[a]dmite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada".

2. No caso, ao cassar a decisão que havia deferido o benefício de progressão de regime, a Corte *a quo* entendeu, de forma fundamentada, que é necessária a realização de exame criminológico, assinalando que o Paciente praticou, no curso da execução, uma falta de natureza média, além de ter cometido o delito de receptação no período em que se encontrava em gozo de livramento condicional. Precedentes.

3. Ordem de *habeas corpus* denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora